ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Instituído pela Lei Nº 4.294, de 6 de dezembro de 2023

10ª LEGISLATURA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA

PALMAS, QUINTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 2026 ANO XXXVI - EDIÇÃO Nº 4386

Deputados(as) 10ª Legislatura

Mesa Diretora

Comissões

Constituição do Estado

Regimento Interno

Sumário

Esta edição contém 09 Páginas

ATOS LEGISLATIVOS 2
ATAS DAS SESSÕES PLENÁRIAS 2
ATAS DAS COMISSÕES 4
ATOS ADMINISTRATIVOS 7
DECRETOS ADMINISTRATIVOS 7
PORTARIAS DA PRESIDÊNCIA 9
PORTARIAS DA DIRETORIA-GERAL 9

DIRETORIA DE ÁREA LEGISLATIVA
Diretoria de Documentação e Informação
Coordenadoria de Publicações Oficiais

Palácio Deputado João D'Abreu
Praça dos Girassóis - CEP 77003-905
Palmas - TO

Autenticidade da edição garantida quando visualizada diretamente no portal https://www.al.to.leg.br/diario

Assinado de forma digital por GABRIEL SOUSA MEDRADO:05181075150
Dados: 2026.11.26 10:09:23 -03'00'

ATOS LEGISLATIVOS

Atas das Sessões Plenárias

10ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa
9 de junho de 2026
Ata da Décima Oitava Sessão Extraordinária

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às onze horas e quarenta minutos, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelos Senhores Deputados Gipão, Primeiro-Secretário e Luciano Oliveira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Dr. Danilo Alencar, Eduardo Mantoan, Gipão, Gutierres Torquato, Jair Farias, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Wiston Gomes e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Marcus Marcelo, Moisemar Marinho, Nilton Franco, Olyntho Neto, Vilmar de Oliveira e a Senhora Deputada Professora Janad Valcari. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea "c" do Regimento Interno, submeteu a Ata de Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Não havendo Expedientes a serem lidos, Matérias a Apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 185/2026, de autoria da Bancada Parlamentar, que "denomina o prédio integrante à Assembleia Legislativa de Deputado Raimundo Moreira"; Projeto de Lei número 3/2026, de autoria do Ministério Público Estadual, que altera o Anexo I da Lei número 3.464, de 25 de abril de 2019, que "dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins, e adota outras providências", os quais votados foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Não havendo oradores inscritos no horário destinado a discussões parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e quarenta e oito minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

10ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa
1º de julho de 2026
Ata da Décima Nona Sessão Extraordinária

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às doze horas e quatorze minutos, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário, e pela Senhora Deputada Professora Janad Valcari, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Gutierres Torquato, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Dr. Danilo Alencar, Eduardo do Dertins, Gipão, Jair Farias, Léo Barbosa, Moisemar Marinho e Nilton Franco. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, passou-se à Apresentação de Matérias. Na Apresentação de Matérias, foi entregue os requerimento que recebeu o número 737. Não havendo urgências a deliberar, bem como oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciada, em segunda fase de discussão e votação, a Proposta de Emenda Constitucional número 1/2026, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres e outros, que "acrescenta o artigo 14-A à Seção I, do Capítulo I, Título II da Constituição do Estado do Tocantins, para dispor sobre a organização da estrutura administrativa e da estrutura de assessoramento político-parlamentar da Assembleia Legislativa", a qual votada, nominalmente, foi aprovada, com dezessete votos sim, perfazendo um total de dezessete votantes. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Emenda Constitucional número 60, de 1º de julho de dois mil e vinte seis. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 1/2026, de autoria do Governador do Estado, que "institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Agricultura do Estado do Tocantins - Pedespa-TO, e adota outras providências", o qual votado nominalmente, foi aprovado, com dezesseis votos sim. E encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 4/2026, de autoria do Governador do Estado, que "autoriza a transferência de beneficiários do Fundo em Repartição para o Fundo em Capitalização do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - RPPS-TO", o qual, votado nominalmente, foi aprovado, com dezessete votos sim. E encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 5/2026, de autoria do Governador do Estado, que "altera a Lei Complementar número 20, de 17 de junho de 1999", o qual, votado nominalmente, foi aprovado, com dezessete votos sim. E encaminha à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 9/2026, de autoria do Governador do Estado, que "altera a Lei número 3.804, de 29 de julho de 2021, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências", o qual, votado, foi aprovado. E encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação os Projetos de Decreto Legislativo números: 1/2026, originário da Medida Provisória número 20/2025, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, que "disciplina as relações jurídicas decorrentes da perda de eficácia da Medida Provisória número 20, de 16 de dezembro de 2025, o qual, votado, foi aprovado. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga o Decreto Legislativo número 330, de 1º de julho de dois mil e vinte e seis, e encaminha à Secretaria para comunicar à autoridade competente; 2/2026, originário da Medida Provisória número 24/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que "disciplina as relações jurídicas decorrentes da perda de eficácia da Medida Provisória número 24, de 30 de dezembro de 2025, o qual, votado, foi aprovado. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga o Decreto Legislativo número 331, de 1º de julho de dois mil e vinte e seis, e encaminha à Secretaria para comunicar à autoridade competente; 3/2026, originário da Medida Provisória número 4/2026, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que "disciplina as relações jurídicas decorrentes da perda de eficácia da Medida Provisória número 4, de 28 de janeiro de 2026, o qual, votado, foi aprovado. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga o Decreto Legislativo número 332, de 1º de julho de dois mil e vinte e seis, e encaminha à Secretaria para comunicar à autoridade competente; 4/2026, originário da Medida Provisória número 5/2026, de autoria da Comissão

de Constituição, Justiça e Redação, que "disciplina as relações jurídicas decorrentes da perda de eficácia da Medida Provisória número 5, de 28 de janeiro de 2026, o qual, votado, foi aprovado. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga o Decreto Legislativo número 333, de 1º de julho de dois mil e vinte e seis, e encaminha à Secretaria para comunicar à autoridade competente; 5/2026, originário da Medida Provisória número 6/2026, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que "disciplina as relações jurídicas decorrentes da perda e eficácia da Medida Provisória nº 6, de 30 de janeiro de 2026, o qual, votado, foi aprovado. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga o Decreto Legislativo número 334, de 1º de julho de dois mil e vinte e seis, e encaminha à Secretaria para comunicar a autoridade competente. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação os Projetos de Lei números: 5/2026, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que "altera a Lei número 2.409, de 16 de novembro de 2010, para criar e modificar a nomenclatura de cargos de provimento em comissão na estrutura do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, e dá outras providências"; 285/2026, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que "alterar a Lei número 3.524, de 7 de agosto de 2019, que institui o "Alerta Imediato" para resgate de pessoas desaparecidas, no âmbito territorial do Estado do Tocantins"; 111/2026, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que "dá a denominação do Colégio Estadual Buriti, no Município de Buriti, para Colégio Militar do Estado do Tocantins - Buriti"; 454/2025, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que "declara Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Tocantins a Dança Suça, do Município de Natividade"; 84/2026, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que "reconhece como bem de valor cultural e Patrimônio Histórico do Tocantins, o "Festejo do Senhor do Bonfim", realizado anualmente no mês de agosto no Município de Natividade, e dá outras providências"; 386/2025, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que "institui a política estadual de alfabetização digital para os estudantes com deficiência da rede pública estadual de ensino"; 496/2025, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que "concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Arlindo Nunes de Oliveira Filho"; 158/2025, de autoria do Senhor Deputado Dr. Danilo Alencar, que "institui o Dia Estadual do Vigilante, no âmbito do Estado do Tocantins"; 510/2025, de autoria do Senhor Dr. Danilo Alencar, que "concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Renato de Mendonça"; 257/2025, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que "institui a Política Estadual de Atendimento Rural às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista — Tea, no Estado do Tocantins e dá outras providências"; 409/2025, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que "institui a Política de Conscientização sobre a Depressão Silenciosa na Pessoa Idosa no âmbito do Estado do Tocantins"; 104/2025, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que "altera a Lei número 3.771, de 11 de janeiro de 2021, que estabelece a Política Pública de Incentivo e Educação Tecnológica para a Terceira Idade, denominada "Terceira Digital", no Estado do Tocantins"; 363/2025, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que "institui a Política Estadual de Incentivo ao Ensino de Música e à Musicoterapia na rede pública estadual de ensino, no âmbito do Estado do Tocantins"; 21/2026, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que "institui o Dia Estadual do Círculo de Oração, no âmbito do Estado do Tocantins"; 986/2024, de autoria do Senhor Deputado Gutierres Torquato, que "institui a Semana "S" do Comércio, no âmbito do Estado do Tocantins"; 93/2025, de autoria do Senhor Deputado Gutierres Torquato, que "institui a Rota Turística da Ilha do Bananal, no Estado do Tocantins e dá outras providências"; 4/2026, de autoria do Senhor Deputado Gutierres Torquato, que "concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Delveaux Vieira Prudente"; 61/2025, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que "dá nome ao Colégio Estadual Norte Goiano, no Município de Araguaína"; 73/2026, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que "institui o Dia Estadual do Campista Católico, no âmbito do Estado do Tocantins"; 519/2025, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que "concede Título de Cidadã Tocantinense à Senhora Rachel Barbosa Lopes Cavalcante Tirelo"; 878/2024, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que "dispõe sobre a instituição da Política Estadual de Apoio à Oncologia Infantil e Enfermidades Correlacionadas - Pró-Oncologia Infantil e dá outras providências; 906/2024, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que "dispõe sobre o incentivo à utilização da Musicoterapia como tratamento terapêutico complementar de pessoas com deficiência, síndromes e/ou Transtorno do Espectro Autista (Tea), no âmbito do Estado do Tocantins"; 495/2025, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que "concede o Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Marlos Afonso Cavalcante Pereira"; 371/2025, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira, que "institui a Política Estadual de Diagnóstico Precoce e Prevenção da Doença Renal Crônica em Bebês e Crianças, e dá outras providências"; 511/2025, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira, que "altera a Lei número 287, de 23 de setembro de 1991, que institui normas para a declaração, como utilidade pública, das entidades civis constituídas no Estado"; 223/2025, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo, que "institui a "Semana da Primeira Infância" no Estado do Tocantins"; 317/2025, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo, que "institui a Política Estadual de Prevenção e Combate à Síndrome de Burnout entre Profissionais de Saúde e dá outras providências"; 905/2024, de autoria do Senhor Deputado Moisemar Marinho, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação do peso e da idade dos animais bovinos e equinos nos lotes comercializados em leilões realizados no Estado do Tocantins e estabelece penalidades"; 483/2025, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que "institui a Campanha Novembro Marrom de prevenção e combate às diversas espécies de cegueira"; 335/2025, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que "concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Jader Fontenelle Barbalho Filho"; 168/2026, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que "institui no Calendário Cultural do Estado do Tocantins, o Festejo das Almas Santas Benditas, realizado na Comunidade Quilombola Morro de São João, no Município de Santa Rosa do Tocantins"; 169/2026, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que "institui no Calendário Cultural do Estado do Tocantins, o Festejo de Santa Ana, realizado na Comunidade Quilombola Morro de São João, no Município de Santa Rosa do Tocantins"; 954/2024, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que "institui a Semana Estadual de Fortalecimento da Cultura Junina no Estado do Tocantins"; 6/2026, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que "concede o Título de Cidadão Tocantinense à Senhora Maria Rita Ribeiro Rhoden"; 24/2026, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que "concede Título de Cidadão Tocantinense à Senhora Maria de Fátima de Jesus"; 218/2025, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que "altera a Lei número 4.349 de 8 de janeiro de 2024, que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências"; 329/2025, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que "institui no Calendário Cultural do Estado do Tocantins, a Semana da Arte Sacra"; 506/2025, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que "institui a Política Estadual de Humanização do Atendimento à Pessoa com Deficiência em Tratamento Oncológico no Estado do Tocantins e dá outras providências"; 507/2025, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que "dispõe sobre a dispensa do uso de uniforme escolar para estudantes com Transtorno do Espectro Autista - Tea - e outros transtornos do neurodesenvolvimento com alterações sensoriais nas instituições de ensino públicas e privadas no Estado do Tocantins"; 391/2025, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que "institui a Semana Estadual do Líder Comunitário, no âmbito do Estado do Tocantins"; 446/2025, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que "concede o Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Adriano Cesar Zanina"; 457/2025, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que "dispõe sobre o reconhecimento da Pesca Esportiva como modalidade esportista e atividade de lazer relevante no Estado do Tocantins e dá outras providências"; 203/2025, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes, que "institui no Calendário Cultural do Estado do Tocantins a "Festa do Cupu", realizada no Município de Esperantina,

e dá outras providências"; 388/2025, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes, que "inclui no Calendário Cultural do Estado do Tocantins a Cavalgada de Cachoeirinha, no Município de Cachoeirinha - TO", os quais votados foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação o Projeto de Resolução número 2/2025, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que "dispõe sobre a criação e concessão do diploma "Mulher Destaque na Política Deputada Dolores Nunes", o qual, votado, foi aprovado. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Resolução número 387, de 1º de julho de dois mil e vinte e seis. Não havendo oradores inscritos no horário destinado a discussões parlamentares, o Senhor Presidente, em consonância com o artigo 15 da Constituição Estadual, combinado com o inciso I do artigo 3º do Regimento Interno, declarou encerrado o 1º Período Legislativo da 4ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

10ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa
17 de novembro de 2026
Ata da Ducentésima Octagésima Primeira Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia dezessete do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Moisemar Marinho, que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente e convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Registraram a presença os Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Dr. Danilo Alencar, Eduardo Mantoan, Gutierres Torquato, Jair Farias, Léo Barbosa, Marcus Marcelo, Professor Júnior Geo e Valdemar Júnior, bem como as Senhoras Deputadas Claudia Lelis e Vanda Monteiro. Encontrava-se licenciado o Senhor Deputado Vilmar de Oliveira. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

10ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa
18 de novembro de 2026
Ata da Ducentésima Octagésima Segunda Sessão Ordinária

Às nove horas do dia dezoito do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente e convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Registraram a presença os Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo Mantoan, Gutierres Torquato, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moisemar Marinho, Olyntho Neto e Wiston Gomes, bem como as Senhoras Deputadas Claudia Lelis e Vanda Monteiro. Encontrava-se licenciado o Senhor Deputado Vilmar de Oliveira. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

10ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa
18 de novembro de 2026
Ata da Ducentésima Octagésima Terceira Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia dezoito do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Luciano Oliveira, que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente e convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Registraram a presença os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Léo Barbosa, Marcus Marcelo, Moisemar Marinho e Olyntho Neto. Encontrava-se licenciado o Senhor Deputado Vilmar de Oliveira. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário *Presidente* *2º Secretário*

Atas das Comissões

COMISSÃO DE FINANCAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
10ª LEGISLATURA-4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 27 DE MAIO DE 2026

Às onze horas e vinte minutos do dia vinte e sete do mês de maio, do ano de dois mil e vinte e seis, a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle reuniu-se extraordinariamente no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Gipão e Olyntho Neto. Estava ausente o Senhor Deputado Valdemar Júnior. O Senhor Presidente Deputado Olyntho Neto, secretariado pelo Senhor Deputado Eduardo Fortes, declarou aberta a Reunião, e com a aquiescência dos membros presentes, aprovou as Atas das Reuniões anteriores. Não havendo Expedientes a serem lidos, passou-se à Distribuição de Matérias. O Senhor Presidente Deputado Olyntho Neto avocou a relatoria do Projeto de Lei 3/2026, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que "altera o Anexo I da Lei nº 3.464, de 25 de abril de 2019, que "dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins, e adota outras providências". Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião às onze horas e vinte e dois minutos, e convocou Reunião Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Secretário, e encaminhada à publicação.

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
10ª LEGISLATURA-4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 27 DE MAIO DE 2026

Às onze horas e vinte e três minutos do dia vinte e sete do mês de maio, do ano de dois mil e vinte e seis, a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle reuniu-se extraordinariamente no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Gipão e Olyntho Neto. Estava ausente o Senhor Deputado Valdemar Júnior. O Senhor Presidente Deputado Olyntho Neto, secretariado pelo Senhor Deputado Eduardo Fortes, declarou aberta a Reunião e, com a aquiescência dos membros presentes, transferiu a apreciação da Ata da Reunião anterior, para a

Reunião subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, nem matérias a serem distribuídas, passou-se à Devolução de Matérias. O Senhor Presidente Deputado Olyntho Neto devolveu devidamente relatado o Projeto de Lei 3/2026, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que "altera o Anexo I da Lei nº 3.464, de 25 de abril de 2019, que "dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins, e adota outras providências". Na Ordem do Dia, foi lido e aprovado o parecer do Projeto de Lei 3/2026, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins e encaminhado à Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião às onze horas e vinte e cinco minutos, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Secretário, e encaminhada à publicação.

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
10ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 27 DE MAIO DE 2026

Às quatorze horas e vinte e seis minutos do dia vinte e sete do mês de maio, do ano de dois mil e vinte e seis, a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle reuniu-se extraordinariamente no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Gipão, Valdemar Júnior e Olyntho Neto. O Senhor Presidente Deputado Olyntho Neto, secretariado pelo Senhor Deputado Eduardo Fortes, declarou aberta a Reunião, e com a aquiescência dos membros presentes, transferiu a apreciação da Ata da Reunião anterior, para Reunião subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, nem matérias a serem distribuídas, passou-se à Devolução de Matérias. O Senhor Presidente Deputado Olyntho Neto devolveu devidamente relatada a Medida Provisória 14/2026, de autoria do Poder Executivo do Estado do Tocantins, que "altera a Lei nº 4.333, de 27 de dezembro de 2023, para incluir a pesca esportiva amadora entre as modalidades abrangidas pelo Programa de Incentivo ao Esporte Amador do Estado do Tocantins". O Senhor Deputado Eduardo Fortes devolveu devidamente relatada a Medida Provisória 2/2026, de autoria do Poder Executivo do Estado do Tocantins, que "prorroga, até 8 de julho de 2026, a vigência do Plano Estadual de Educação do Tocantins-PEE/TO, aprovado pela Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015". Na Ordem do Dia, foram lidos e aprovados os pareceres das Medidas Provisórias 2/2026 e 14/2026 e encaminhados à Comissão de Educação, Cultura. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião às quatorze horas e trinta minutos, e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Secretário, e encaminhada à publicação.

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
10ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 30 DE JUNHO DE 2026

Às dezesseis horas e vinte e nove minutos do dia trinta do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e seis, a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle reuniu-se extraordinariamente no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Luciano Oliveira e Olyntho Neto. Estavam ausentes os Senhores Deputados Gipão e Valdemar Júnior. O Senhor Presidente Deputado Olyntho Neto, secretariado pelo Senhor Deputado Eduardo Mantoan, declarou aberta a Reunião, e com a aquiescência dos membros presentes, transferiu a apreciação da Ata da Reunião anterior, para Reunião subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, passou-se à Distribuição de Matérias. O Senhor Presidente Deputado Olyntho Neto avocou a relatoria da Medida Provisória 22/2026, que "altera a Lei nº 2578, de 20 de abril de 2012, e a Lei nº 2575, de 20 de abril de 2012, e adota outras providências"; e do Projeto de Lei 10/2026, que "autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Pedro Afonso a área de terreno urbano que especifica, e adota outras providências", ambos de autoria do Poder Executivo. O Senhor Deputado Eduardo Fortes foi nomeado relator dos Projetos de Lei Complementares 4/2026, que "autoriza a transferência de beneficiários do Fundo em Repartição para o Fundo em Capitalização do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - RPPS-TO"; e 5/2026, que "altera a Lei Complementar nº 20, de 17 de junho de 1999; e do Projeto de Lei 9/2026, que "altera a Lei nº 3.804, de 29 de julho de 2021, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências", todos de autoria do Poder Executivo. O Senhor Deputado Eduardo Mantoan foi nomeado relator da Medida Provisória 10/2026, que "altera a Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001, para dispor sobre isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, redução de base de cálculo e alíquota aplicáveis aos veículos que especifica". Na Devolução de Matérias. O Senhor Presidente Deputado Olyntho Neto devolveu devidamente relatado o Projeto de Lei 5/2026, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Na Ordem do Dia, foi lido e aprovado o parecer do Projeto de Lei 5/2026 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, e encaminhado à Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião às dezesseis horas e trinta e nove minutos, e convocou Reunião Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Secretário, e encaminhada à publicação.

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
10ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 30 DE JUNHO DE 2026

Às dezesseis horas e quarenta minutos do dia trinta do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e seis, a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle reuniu-se extraordinariamente no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Luciano Oliveira e Olyntho Neto. Estavam ausentes os Senhores Deputados Gipão e Valdemar Júnior. O Senhor Presidente Deputado Olyntho Neto, secretariado pelo Senhor Deputado Eduardo Mantoan, declarou aberta a Reunião, e com a aquiescência dos membros presentes, transferiu a apreciação da Ata da Reunião anterior, para Reunião subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. O Senhor Presidente Deputado Olyntho Neto devolveu a Medida Provisória 22/2026, que "altera a Lei nº 2578, de 20 de abril de 2012, e a Lei nº 2575, de 20 de abril de 2012, e adota outras providências"; e o Projeto de Lei 10/2026, que "autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Pedro Afonso a área de terreno urbano que especifica, e adota outras providências", ambos de autoria do Poder Executivo, devidamente relatados. O Senhor Deputado Eduardo Fortes devolveu os Projetos de Lei Complementar 4/2026, que "autoriza a transferência de beneficiários do Fundo em Repartição para o Fundo em Capitalização do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - RPPS-TO"; 5/2026, que "altera a Lei Complementar nº 20, de 17 de junho de 1999, e o Projeto de Lei 9/2026, que "altera a Lei nº 3.804, de 29 de julho de 2021, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências", todos de autoria do Poder Executivo, devidamente relatados. O Senhor Deputado Eduardo Mantoan devolveu a Medida Provisória 10/2026, que "altera a Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001, para dispor sobre isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, redução de base de cálculo e alíquota aplicáveis aos veículos que especifica", devidamente relatada.

Na Ordem do Dia, foram lidos e aprovados os pareceres: das Medidas Provisória 10/2026 e 22/2026; dos Projetos de Lei Complementares 4/2026 e 5/2026; e do Projeto de Lei 10/2026, todos do Poder Executivo, as quais foram encaminhados à Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público. O Projeto de Lei 9/2026 foi lido, aprovado e encaminhado à Comissão de Minas, Energia, Meio Ambiente e Turismo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião às dezesseis horas e quarenta e oito minutos, e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimental. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Secretário, e encaminhada à publicação.

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
10ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 22 DE SETEMBRO DE 2026

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia vinte e dois do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e seis, a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle reuniu-se extraordinariamente no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Gipão, Gutierres Torquato, Olyntho Neto e Valdemar Júnior Neto. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Fortes e Eduardo Mantoan. O Senhor Presidente Deputado Olyntho Neto, secretariado pelo Senhor Deputado Valdemar Júnior, declarou aberta a Reunião e, com a aquiescência dos membros presentes, transferiu a apreciação da Ata da Reunião anterior para Reunião subsequente. Não havendo Expedientes, passou-se à Distribuição de Matérias. O Senhor Presidente Deputado Olyntho Neto avocou os Projetos de Lei 10/2026, que "institui diretrizes para a Política Estadual de Realização de Mutirões de Diagnóstico, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado do Tocantins, e dá outras providências"; e 62/2026, que "institui diretrizes estaduais para a promoção da infraestrutura de recarga de veículos elétricos em edificações residenciais e comerciais no Estado do Tocantins, e dá outras providências", ambos de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa; os Projetos de Leis 65/2026, que "institui a Política Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências"; 66/2026, que "institui, no âmbito do Estado do Tocantins, o Selo 'Academia Inclusiva', destinado a reconhecer academias e centros esportivos que promovam acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, e dá outras providências"; e 67/2026, que "institui a Política Estadual de Fomento à Inovação e ao Desenvolvimento de Inteligência Artificial no Estado do Tocantins, em complementação à Lei nº 4.645, e dá outras providência", todos de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; e o Projeto de Lei 123/2026, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que "institui a Temporada de Praias como patrimônio cultural e turístico do Estado do Tocantins e dá outras providências". O Senhor Deputado Eduardo Fortes foi nomeado relator do Projeto de Lei 494/2025, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que "institui a Política Estadual de Apoio Estrutural, Inclusão Social, Desenvolvimento e Valorização Cultural das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Tocantins, e dá outras providências"; O Senhor Deputado Valdemar Júnior foi nomeado relator dos Projetos de Lei 11/2026, que "institui diretrizes da Política Estadual de Manutenção Preventiva e Corretiva das Rodovias Estaduais em Perímetro Urbano, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências"; e 61/2026, que "institui a Política Estadual de Prevenção e Combate ao Câncer de Pele entre aquicultores, pescadores e trabalhadores rurais, no Estado do Tocantins, e dá outras providências", ambos de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa; dos Projetos de Lei 37/2026, que "dispõe sobre a comercialização, a posse e o porte de spray de extratos vegetais para legítima defesa das mulheres, no Estado do Tocantins, e dá outras providências"; e 50/2026, que "denomina oficialmente como 'Chapada do Catoá' a região geográfica situada na linha divisória entre os Estados do Tocantins e de Goiás, delimitada pela confluência do Rio Paranã com o Rio da Prata até a margem do Rio Tocantins, e dá outras providências", ambos de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; dos Projetos de Lei 64/2026, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira, que "dispõe sobre a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica no Estado do Tocantins"; e 76/2026, de autoria do Senhor Marcus Marcelo, que "cria o Selo Tolerância Zero contra Assédio, a ser concedido a estabelecimentos que implementem medidas de proteção a mulheres em situação de risco ou violência sexual". O Senhor Deputado Gipão foi nomeado relator dos Projetos de Lei 28/2026, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo, que "institui o 'Protocolo Círculo do Cuidado' de enfrentamento à violência doméstica e de acolhimento às mulheres em situação de violência, no âmbito dos estabelecimentos públicos e privados do Estado do Tocantins, e dá outras providências"; 79/2026, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que "institui a Política Estadual de Promoção da Dignidade, Autonomia e Desenvolvimento das Mulheres Quilombolas no Estado do Tocantins, e dá outras providências"; 83/2026, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que "dispõe sobre a criação do Cadastro Estadual de Pessoas Condenadas por Crimes de Violência e Abuso contra a Mulher (Cepc-Mulher), no Estado do Tocantins, e dá outras providências"; 87/2026, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que "institui o serviço 'Disque Denúncia Animal', no âmbito do Estado do Tocantins, cria um canal unificado para o registro de denúncias de crimes de maus-tratos contra animais, e dá outras providências; e dos Projetos de Lei 88/2026, que "institui o benefício de meia-entrada para doadores regulares de sangue e doadores de medula óssea, no Estado do Tocantins, cria o Cordão Estadual de Identificação do Doador, e dá outras providências"; e 89/2026, que "cria o Protocolo Estadual de Capacitação de Agentes Comunitários de Saúde na Identificação e Encaminhamento das Vítimas de Violência no Estado do Tocantins, ambos de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes. Não havendo Devolução de Matérias e nem Ordem do Dia, o Senhor Presidente encerrou a Reunião às dez horas e quarenta e cinco minutos, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimental. Para constar, lavrou-se a presente Ata, a qual, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Secretário, e encaminhada à publicação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
10ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 22 DE SETEMBRO DE 2026

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia vinte e dois do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e seis, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação reuniu-se extraordinariamente, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Gutierres Torquato, Gipão, Olyntho Neto e Valdemar Júnior. Estavam ausentes os Senhores Deputados Léo Barbosa e Moisemar Marinho, bem como a Senhora Deputada Claudia Lelis. O Senhor Presidente, Deputado Valdemar Júnior, secretariado pelo Senhor Deputado Olyntho Neto, declarou aberta a Reunião. Em seguida, com aquiescência dos membros presentes, aprovou as Atas das Reuniões anteriores para a Reunião subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, passou-se à Distribuição de Matérias. O Senhor Deputado Olyntho Neto foi nomeado relator do Projeto de Resolução 5/2026, que "institui a Logomarca da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins", de autoria da Mesa Diretora desta Casa de Leis; Projeto de Lei 6/2026, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que "altera a Lei nº 2.409, de 16 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, para criar cargo de provimento em comissão e adequar as Tabelas I e II de seu Anexo V"; Projeto de Lei 11/2026, que "institui o Sistema Único de Assistência Social do Estado do Tocantins (Suas-TO), e adota outras providências"; Medidas Provisórias 13/2026, que "altera a Lei nº 3.684, de 24 de junho de 2020, que autoriza a concessão das rodovias estaduais que especifica, e adota outras providências", e 24/2026, que "altera a Lei nº 3.576, de 12 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o parcelamento e o reparcelamento de débitos para com o

Regime Próprio de Previdência Social-RPPS, na forma que especifica, e adota outras providências", todas de autoria do Poder Executivo. Não havendo matérias a serem devolvidas, e nem apreciação das matérias constantes na Ordem do Dia, o Senhor Presidente encerrou a Reunião às dez horas e quarenta e um minutos, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Secretário, e encaminhada à publicação.

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
10ª LEGISLATURA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
27 DE OUTUBRO DE 2026
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Às onze horas e vinte e três minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e seis, a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle reuniu-se extraordinariamente no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Gipão, Olyntho Neto e Professor Júnior Geo. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Fortes e Eduardo Mantoan. O Senhor Presidente, Deputado Olyntho Neto, secretariado pelo Senhor Deputado Gipão, declarou aberta a Reunião e, com a aquiescência dos membros presentes, transferiu a apreciação das Atas das Reuniões anteriores para Reunião subsequente. Não havendo Expedientes, passou-se à Distribuição de Matérias. O Senhor Presidente, Deputado Olyntho Neto, avocou o Projeto de Lei 14/2026, de autoria do Executivo, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2027 e dá outras providências". Não havendo Devolução de Matérias e nem Ordem do Dia, o Senhor Presidente encerrou a Reunião às onze horas e vinte e quatro minutos, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, a qual, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Secretário, e encaminhada à publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

Decretos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.305/2026

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023, e com o Edital nº 02/2023, de 27 de novembro de 2023, que normatizou o concurso público de provas e títulos para provimento do cargo de Procurador Jurídico da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins,

CONSIDERANDO que a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, por intermédio da Fundação Getúlio Vargas - FGV, realizou concurso público para preenchimento de vagas do quadro de pessoal efetivo para o cargo de Procurador Jurídico, conforme previsto no Edital nº 02, de 27 de novembro de 2023, publicado no Diário da Assembleia nº 3684;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do referido concurso público, por meio do Decreto Administrativo nº 222, de 31 de janeiro de 2025, publicado no Diário da Assembleia nº 3664 - Suplemento;

CONSIDERANDO a decisão judicial proferida nos autos nº 0028912-33.2026.8.27.2729, pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda e Registros Públicos de Palmas, que determinou a adoção de providências relativas à reserva de vaga em favor do candidato Luiz Fernando Moreira Aguiar Parrião, inscrição nº 723000829;

CONSIDERANDO o resultado definitivo da avaliação do referido candidato, homologado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, no qual obteve a nota final de 198,25 pontos, correspondente à 5ª colocação na classificação geral, cuja aprovação decorre de decisão judicial, em caráter sub judice;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do resultado final anteriormente homologado, mediante a inclusão do candidato na classificação geral e o consequente reposicionamento dos demais candidatos, observada a ordem decrescente das notas;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0028912-33.2026.8.27.2729, o resultado final do concurso público para o cargo de Procurador Jurídico da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, homologado por meio do Decreto Administrativo nº 222, de 31 de janeiro de 2026, para incluir o candidato Luiz Fernando Moreira Aguiar Parrião, inscrição nº 723000829, na 5ª colocação da classificação geral, passando a relação dos candidatos aprovados pela ampla concorrência a observar a seguinte ordem:

PROCURADOR JURÍDICO			
Inscrição	Nome	Nota Final	Classificação Final
723000051	Giovani Fonseca De Miranda Júnior	215,25	1º
723001023	Guilherme Araújo Batista E Silva	212	2º
723000479	Jorge Bernardo Oliveira Da Silva	206,5	3º
723002672	Nicolas Negri Pereira	202,5	4º
723000829	Luiz Fernando Moreira Aguiar Parrião	198,25	5º
723001909	Beatriz Partika Euzébio	193,25	6º
723000946	Niderlee E Silva Souza De Moura	189,6	7º
723001016	Thiago Santos Braga	189	8º
723001609	Silvia Maria Baêta Oliveira	173,25	9º

PROCURADOR JURÍDICO - CANDIDATOS NEGROS			
Inscrição	Nome	Nota Final	Classificação Final
723001016	Thiago Santos Braga	189	1º

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de novembro de 2026.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

Deputado LÉO BARBOSA
1º Vice-Presidente

Deputado CLEITON CARDOSO
2º Vice-Presidente

Deputado VILMAR DE OLIVEIRA
1º Secretário

Deputada Profª JANAD VALCARI
2ª Secretária

Deputado LUCIANO OLIVEIRA
3º Secretário

Deputado MARCUS MARCELO
4º Secretário

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.313/2026

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º MANTER a cessão da servidora Maria Eduarda Nazareno Aires, Analista Legislativo - Direito, matrícula nº 1187728, pertencente ao quadro de pessoal efetivo desta Casa de Leis ao Ministério Público do Estado do Tocantins, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2027, com ônus para o órgão requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV-Tocantins, parcelas referentes às pessoas físicas e jurídicas.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 25 dias do mês de novembro de 2026.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.314/ 2026

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º MANTER a cessão da servidora Kamila Rodrigues Rosenda Torri, matrícula 1187672, integrante do quadro de pessoal efetivo desta Casa de Leis, ao Senado Federal, para continuar ocupando o cargo de Assistente Parlamentar Intermediário, AP-10, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2027, com ônus para o órgão requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas natural e jurídica.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 25 dias do mês de novembro de 2026.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.315/2026

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Felipy de Sousa Dias Noleto, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar - SP13, do Gabinete do Deputado Cleiton Cardoso, a partir de 1º de dezembro de 2026.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 25 dias do mês de novembro de 2026.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.316/2026

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Nayanny Alves Rocha Borges Costa do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Acompanhamento da Assessoria Militar, da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, a partir de 26 de novembro de 2026.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 25 dias do mês de novembro de 2026.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.317/2026

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Nayanny Alves Rocha Borges Costa para o cargo em comissão de Ajudante Intermediário de Secretario, no Gabinete da 4º Secretaria, a partir de 26 de novembro de 2026.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 25 dias do mês de novembro de 2026.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.318/2026

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Jaciran Alves Marinho para o cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Acompanhamento da Assessoria Militar, da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, a partir de 26 de novembro de 2026.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 25 dias do mês de novembro de 2026.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.319/2026

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. NOMEAR Yuri José de Oliveira para o cargo em comissão de Assistente de Gabinete da Diretoria de Área Orçamentária e Financeira da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, a partir de 26 de novembro de 2026.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 26 dias do mês de novembro de 2026.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

Portarias da Presidência

PORTARIA Nº 079/2026 - P

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023, tendo em vista o disposto no art. 14, § 1º, da Lei Estadual nº 1.818/2007, bem como o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 410/2026,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 11 de janeiro de 2027 o prazo para posse de RAFAEL FELIPE MIRANDA CHAGAS, CPF nº 946.***.***-34, nomeado para o cargo efetivo de Analista Legislativo - Direito, por meio do Decreto Administrativo nº 1.287/2026, publicado no Diário da Assembleia nº 4.377, de 12 de novembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 25 dias do mês de novembro de 2026.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

Portarias da Diretoria-Geral

PORTARIA Nº 863/2026 - DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 116, IX, da Lei nº 4.209, de 11 de agosto de 2023, e considerando a Portaria CCI nº 2.280 - RGV, de 23 de novembro de 2026, publicada no Diário Oficial nº 7.187,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 098/2026-DG, publicada no Diário da Assembleia nº 4188 que lotou a servidora JECICLEIA MORAES OLIVEIRA MACHADO, Oficial Investigadora de Polícia, matrícula nº 761920-1, integrante do quadro de pessoal do da Secretaria da Segurança Pública, no Gabinete do Deputado Ivory de Lira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 9 de novembro de 2026.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de novembro de 2026.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 865/2026 - DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 116, IX, da Lei nº 4.209, de 11 de agosto de 2023 e,

Considerando o disposto no Art. 86, da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007, e no Ato Da Mesa Diretora nº 6/2025, de 12 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER, por extrema necessidade do serviço, as férias legais do servidor ALCIR RAINERI FILHO, matrícula nº 147641, referentes ao período aquisitivo de 13/3/2024 a 12/3/2025, anteriormente marcadas para o período de 4/1/2027 a 2/2/2027, por meio da Portaria nº 849/2026-DG, publicada no Diário da Assembleia Legislativa nº 4380, ficando sua fruição marcada para o período de 3/2/2027 a 4/3/2027.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 25 dias do mês de novembro de 2026.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA
Diretor-Geral

